

## **EDUCAÇÃO, GÊNERO E RELIGIÃO:**

### **Análise de discursos sobre o ensino de meninas e moças em São Luís na virada do século XIX para XX.**

Tatiane da Silva Sales<sup>1</sup>

#### **Introdução**

Em fins do século XIX, São Luís sofreu diversas transformações econômicas e sociais, em virtude da crise do final do sistema econômico agro-exportador escravagista e da abolição da escravatura. A implantação da atividade industrial foi uma tentativa de dinamizar a economia e amenizar a crise econômica causada pela abolição da escravidão e desestruturação da produção agrícola exportadora, sendo o comércio, um dos principais responsáveis por destinar grandes somas para o investimento em indústrias.

No final do século XIX também é mais perceptível uma sensível preocupação de autoridades e governantes com o espaço urbano de São Luís, incluindo serviços de regularização das ruas, construções públicas e particulares, melhorias dos prédios públicos, limpeza e saneamento.

As mudanças sociais e políticas que marcaram a passagem do século XIX para o XX trouxeram modificações também na estrutura da família brasileira, reforçando ideais burgueses da família, casamento e do papel da mulher na sociedade. A condição feminina foi, lentamente, sendo modificada desde os fins do século XIX junto aos processos supracitados, fato este configurado por uma maior participação no mercado de trabalho, reivindicações feministas que ao redor do mundo alertando as mulheres acerca das desigualdades e direitos a que estavam submetidas, e dentre estes reforçava a educação, mesmo levando em consideração que o papel feminino na sociedade se mantivesse praticamente estável.

Para aprimorar ainda mais as mudanças ocorridas dentro do universo feminino, uma das alterações sociais se deu em torno do desaparecimento do dote, um antigo costume das famílias patriarcais de conceder ajuda com bens materiais ao casal recém formado. A autora Muriel Nazzari apresenta a concessão do dote como um estabelecimento de estruturação econômica, pois as famílias eram vistas como unidade de produção, e estas costumavam dotar suas filhas com bens materiais a fim de proporcionar a formação do patrimônio do novo casal.

---

<sup>1</sup> Mestre em História. Professora da rede estadual de ensino. Professora da Universidade Federal do Maranhão

(NAZARRI, 2001) Em meio às constantes crises econômicas recaídas principalmente sobre o campo, muitas famílias perderam parte importante de seus patrimônios e a prática do dote passou a ser cada vez mais inviável, sendo gradativamente substituída por outros instrumentos, dentre eles o aprimoramento da instrução oferecida às meninas.

A mulher quase nunca era a administradora direta dos bens recebidos, seja pelo dote ou herança recebida, isso talvez se dê pela noção de incapacidade feminina para administrar bens e riquezas, muito recorrente no período, em que as Leis Civis do Império adotavam a posições de total abnegação feminina para administração de bens, tal qual expresso na lei: “na constância do matrimônio compete ao marido a plena administração do dote, as ações que se referirem a ele, o direito de exigi-lo e o de perceber seus frutos” (Brasil. Art.2030, Leis Civis, 1879). E “que a mulher receba, diretamente para suas despesas miúdas, uma quota dos rendimentos ou rendimento de algum bem ou de alguma espécie dos bens dotais” (Brasil. Art. 2028, Leis Civis, 1879). Isso significa que cabia às mulheres uma quantia em dinheiro entregue de tempo em tempo como uma espécie de mesada.

Seguindo os preceitos do século XIX, o Código Civil de 1917 estabelece a continuidade do privilegio masculino sobre as finanças familiares, determinando que “na vigência da sociedade conjugal, é direito do marido: I – Administrar os bens dotais” (Código Civil, Art. 289, 1917), ou seja, a mulher continuaria sendo considerada incapaz para administrar bens.

### **1. O acesso feminino à educação em São Luís: pedagogias ao feminino.**

A educação feminina, e os atributos que a mulher levaria ao casamento, era cada vez mais apresentado como substituição simbólica ao dote. Dessa forma, era cada vez mais notória a percepção de que a educação no período republicano ganhava espaço de discussão e visibilidade nos setores da administração pública.

O Estado não incentivava profissionais com melhores salários, permitia que salas tivessem lotação de setenta alunos e somente para turmas com número superior a este permitido um (a) professor (a) auxiliar. É notório que a mulher ainda ensinava em disciplinas consideradas inferiores, e em virtude disso recebia metade do salário de um homem que ocupa cadeiras de matérias importantes. A seguir a tabela abaixo mostra a distribuição de professores na Escola Normal.

Nos jornais de São Luís muitas eram as críticas feitas ao governo, pois era acusado de preocupar-se apenas em expandir o número de escolas e alunos, para quantificar a educação, mas sem se preocupar com os estabelecimentos onde as escolas são montadas, aparelhos, móveis e utensílios, materiais didáticos, e mesmo a condição de trabalho dos professores e salário, como já demonstrado acima.

E assim, apesar da permanência de um quadro em que a educação trilhava pela visibilidade e esquecimento, a educação também era entendida como importante papel no processo da conquista feminina do espaço público, mesmo sendo bastante utilizada para reforçar as tradicionais diferenças entre homens e mulheres, sobretudo nos discursos de jornais.

No interior do processo educacional as relações entre os gêneros apresentam mais confrontos do que uma tabela salarial entre docentes. Em relação à educação fornecida, alguns estudos relacionando gênero e educação no Brasil tem demonstrado as diferenças nos conteúdos e estratégias de ensino e nos objetivos que envolviam a educação de meninos e meninas, o que aprimoraria a educação de um (o homem) e defasaria a de outro (a mulher).

Assim, no século XIX, a educação da mulher era justificada pela função social da mãe, com a missão de ser a primeira educadora dos seus filhos, responsável pela transmissão dos valores básicos daquela sociedade e formação dos futuros cidadãos. No início do século XX, o discurso republicano não ofereceu grandes alterações com relação à instrução e condição social feminina, até porque era destinado às mulheres um papel de organização da célula familiar, entendida enquanto a base fundamental da nação. Assim, cada lar seria uma parte do corpo social, e recaia sobre as mulheres a responsabilidade de oferecer condições para que suas famílias se desenvolvessem, como: os maridos no âmbito público de forma plena e os seus filhos preparados para assumirem os papéis sociais requisitados, daí então a necessidade de instrumentalizar a mãe e esposa. (BESSE, 1999)

A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos, ou na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos (LOURO, 2000, p.447)

Mesmo que mantendo a justificativa de preparar as mulheres para suas tradicionais funções, como mostrado acima, deve-se levar em consideração que a educação oferecida às mulheres era capaz de fomentar e estimular a profissionalização feminina, em

especial à destinada ao magistério, sobretudo após o surgimento da Escola Normal. Trabalhos como o de Guacira Louro (2000) e Jane Soares de Almeida (1998), mostram que houve uma feminização do magistério no início do século XX, vistos como uma alternativa profissional para as mulheres das classes baixa e média.

No Maranhão, Veraclay Moreno situa bem a condição da mulher ludovicense neste momento, apresentando como o magistério era recomendado às mulheres por ser considerado uma profissão que não descaracterizaria a condição feminina, sendo um sacerdócio:

Tanto as mulheres abastadas como as despossuídas trilharão para este ‘novo’ lócus social, com as primeiras ocupando espaços públicos no ‘sacerdócio’ das atividades ligadas ao magistério, considerando uma extensão das funções maternas, bem como tendo uma educação voltada para o preparo das funções do lar, condicionado-as à boa formação de filhos, futuros homens e mulheres da sociedade da boa moral e dos bons costumes. (MORENO, 2005, p.23)

A mulher deveria se estabelecer e se destacar no âmbito privado, realizando-se neste espaço, sua contribuição social era organizar e zelar pelo bem estar da família, devendo munir-se de conhecimentos acerca dos afazeres domésticos (prendas), criação dos filhos, higiene e “gerenciamento” do lar dentre outros.

Com discursos como o apresentado acima ainda impregnado nos ideais sociais, a educação destinada às mulheres sofria um significativo diferencial em relação à destinada aos homens, algumas disciplinas não eram contempladas, por serem consideradas inúteis ao dia a dia das mulheres e outras eram acrescentadas por serem consideradas hábeis para as futuras mães e esposas.

O contexto republicano possibilitou algumas mudanças significativas na estrutura de ensino, dentre elas a co-educação ou educação mista, em que ambos os sexos compartilham o mesmo espaço e disciplinas (neste contexto ainda não eram todas), com o desenvolvimento de disciplinas estudadas por meninos e meninas, e mesmo as exclusivas para as mulheres. Barbosa de Godois destaca, para Escola Normal de São Luís, a organização de matérias oferecidas, em destaque as destinadas exclusivamente às mulheres:

Consta, entretanto, esse programa das seguintes disciplinas, distribuídas por cinco anos de curso: L. Portuguesa, Francesa, Literatura, Álgebra, Aritmética, Geometria, Historia Universal, Historia da América e do Brasil, H. do Maranhão, Musica, Desenho, Caligrafia, **Desenho aplicado a trabalho feminino, Prendas femininas, economia domestica.** [grifo nosso] (GODOIS, 1910, p.109)

A existência de disciplinas diferenciadas para meninos e meninas mostra a diferenciação das pedagogias oferecidas aos dois sexos, essas políticas educacionais destinadas de maneira modificada a homens e mulheres é uma das representações de que a sociedade via de a segmentação das ações entre os sexos, uma vez que isso também era voltado para os objetivos sociais que tal educação recairia sobre a futura mulher-mãe-esposa e sobre o homem-provedor-cidadão.

Posicionamentos em relação às funções sociais de homens e mulheres é que justificavam os objetivos educacionais diferenciados aos sexos eram disciplinas que tinham nenhuma ou pouca funcionalidade para o dia a dia social, mas teriam alguma relação com o posicionamento da mulher no lar ou pelo menos contribuiriam para a maior ‘feminilidade’, como por exemplo, o desenho aplicado a caligrafia.

Assim, aos homens eram destinadas atividades intelectuais, voltadas para a preparação da cidadania e da reflexão, da ciência bem como para o ensino superior. Já as mulheres aprendiam atividades mais práticas, menos preocupadas com questões que ‘possivelmente’ as mulheres não usariam em seu cotidiano. A sociedade discutia sobre isso através dos meios de comunicação, em especial os jornais, em que se debatiam sobre as funcionalidades de determinadas disciplinas para as mulheres. Alguns jornais evidenciavam a educação como uma concorrência a mais para o tempo da mulher, o qual deveria ser inteiramente para a dedicação ao lar, ou seja, enquanto a mulher estaria na sala de aula se dedicando à disciplinas como física, biologia, ela deveria ser educada com a finalidade única de sua missão: “Para que diabo precisa ela saber Aritmética, Álgebra e Geometria? Para que diabo precisa ela saber Biologia, Antropologia, Física e Química?” (Jornal **O Combate**, 15 de novembro de 1906, nº 2, ano I)

O tecido social e as funções exercidas por cada ator ajudam a compreender as diferenciações observadas no processo educacional de meninos e meninas, assim como diferenciava e justificava Barbosa de Godois em sua obra **O mestre e a Escola (1910)**, onde destaca que a educação deveria ser oferecida de acordo com algumas diferenciações, como pode ser percebido no trecho destacado abaixo:

[...] afirmação de fim pratico da educação – prepara a criança para a sociedade. Mas, uma vez que é sobre o aluno que recai toda a atenção e trabalho do mestre há nos alunos diferenças de aptidão, idade, sexo, índole, etc., não pode o professor deixar de ter em consideração estas circunstancias. O processo didático variara, pois, de acordo com elas. (GODOIS, 1910, p.159)

Godois chama atenção para a finalidade social da sendo que as diferenças deveriam ser respeitadas levando em consideração fatores como o sexo. Um procedimento didático variado para o sexo deveria ser exercido à medida que a sociedade exigia funções diferenciadas para homens e mulheres. Pode-se dizer que a justificativa do social era um dos fatores significativos para as múltiplas pedagogias que neste período histórico do início do século XX eram exercidos.

Como já foi descrito, é válido lembrar que com o advento do regime republicano a educação foi palco de algumas alterações que se podem considerar significativas para o processo educacional, delas é possível destacar o processo da educação mista, ou seja, aquela que envolvia meninos e meninas dividindo o mesmo espaço físico e compartilhando várias das disciplinas estudadas, é possível considerar esse passo como significativo para a educação feminina, pois a elas passou a ser contempladas disciplinas antes não estudadas, como ciências naturais, por exemplo.

Assim, mesmo diante das modificações na legislação educacional, as permanências de um modelo herança do Império eram latentes ainda na sociedade, fato também que se voltava para a cristalização e manutenção de critérios educacionais diferenciados para homens e mulheres.

## **2. Reação Social à Educação Feminina**

Apesar de o estudo formalizado ser visto predominantemente como algo pertencente a elite, a laicização do ensino e a intensificação do ensino público a cargo dos gestores estaduais, possibilitou um maior ingresso na esfera de ensino, pelo menos no ensino primário. As fontes indicam aumento sensível nas matrículas do ensino primário, muito embora parte significativa abandonasse as aulas antes do término do ano e isso muito se dava muito pela necessidade de sobrevivência que as pessoas de camadas populares tinham, e largava os estudos para complementar a renda familiar.

Este período possibilitou significativos avanços para a instrução feminina, fato que constantemente se tornou alvo de debates, e a opinião pública masculina acerca do ensino feminino causava bastante polêmica nos jornais da São Luís, um dos principais meios de difusão do pensamento da época, eram palco dessas discussões. Havia, no entanto, um ponto em comum nessa opinião masculina: era necessidade de melhorar a educação doméstica das moças, pois a função destinada de esposa e mãe exigia dessas mulheres um conhecimento

para melhor conduzir o lar, educar seus filhos e acompanhar à altura o marido em repartições públicas.

Um exemplo deste ideário pode ser observado através da seguinte opinião contida no jornal “Avante”:

Será talvez desagradável para o marido que uma dona-de-casa ignore por completo a história, a psicologia, a ciência, mas será bem pior se ela não for capaz de dirigir a sua casa, de educar seus filhos e de cuidar do bem estar dos seus e da higiene caseira [...] não basta que a futura dona-de-casa saiba preparar mais ou menos gostosamente os alimentos; é preciso que saiba em que medida eles reparam as forças e quanto rendem a comparação do seu custo. (Jornal **Avante**, 08 de fevereiro de 1910).

Muitos homens reforçam a idéia da incapacidade feminina para os estudos de ciências exatas e a inutilidade desses estudos para os afazeres domésticos, e a partir de então começavam os questionamentos divulgados nos jornais de circulação na cidade, com idéias próximas à seguinte “para que a mulher precisa saber aritmética, álgebra e geometria? Para que diabo precisa saber biologia, antropologia, física e química?”. (Jornal **O Combate**, 15 de outubro de 1906). Essa concepção era muito difundida nos jornais e fala de autoridades, a exemplo do discurso proferido pelo Dr. Justo Jansen Ferreira na Escola Normal; pela entrega de diplomas em 1910:

É tempo, portanto, para deste lugar enaltecer o impulso da mulher maranhense tem dado ao ensino primário. Com este intento, embora, à primeira vista pareça paradoxal, posso tratar da brilhante e instrutiva conferência que o grande sociólogo italiano Ferrir fez no Rio de Janeiro, para demonstrar cientificamente a inferioridade intelectual da mulher. O grande jurista da península itálica sustentou a sua tese, fundando-se no caráter anatômico do crânio, comparando a capacidade e a configuração do mesmo, no homem e na mulher, salientando, finalmente, o peso e o desenvolvimento da massa cerebral. Não pretendo combater à elevada opinião de Ferrir, aliás baseada em princípios científicos. [...] ao fato de ocupar a mulher lugar intermediário entre a criança e o homem, pela estrutura, pela força muscular e pela voz explicam plenamente a comprovada superioridade com que ela exerce o professorado primário.

Ideais de que a mulher tem o cérebro menor que do homem, justificando a incapacidade cognitiva e comparada com a idade mental das crianças eram parte de um discurso para fortalecer e estereotipar as funções femininas e masculinas, causando ainda mais diferenciações nas atribuições sociais. Dessa forma, é possível notar na fala do então governador, a incorporação de uma visão sobre o feminino de inferioridade, o que era muito comum para a época, sobretudo tendo a religião um papel ainda importante para a absorção

desses valores. A renúncia feminina traria condições para sustentar o casamento considerado feliz.

Havia uma defesa da responsabilidade materna para com a instrução das futuras mães, reforçando a concepção de uma educação doméstica observamos a matéria descrita no Jornal “A Lanterna”:

Deixe a mãe educadora que sua filha se expanda com toda candura da sua inocência. Essa inocência que deve zelar, com todas as suas forças, evitando-lhe as más companhias. [...] As tendências que mais cedo se desenvolvem na menina, são o orgulho e a vaidade. Essas tendências que no dizer de muitos são vícios orgânicos das mulheres que mais tarde, quase sempre, vão causar a desgraça do marido e a infelicidade dos filhos. [...] Que em vez de ter orgulho e vaidade de fitas, rendas e mais frivolidades, tenha vaidade de ser boa, refletida e instruída, sem contudo ser pedante. (Jornal **A Lanterna**, 29 de setembro de 1918)

O trecho ilustrado acima demonstra algumas situações julgadas perigosas para a formação da futura mulher, destaca a amizade, orgulho, vaidades que se não fossem disciplinados no tempo adequado incorreriam em problemas futuros. Sobre a mãe recaía atribuições do ensino e controle, a fim de tornar as ‘tendências’ femininas em qualidades como a reflexão e instrução.

No caso das mulheres e pobres, a instrução era básica e renegada ao segundo plano, este critério reforçava-se por conta da inserção desde cedo com atividades domésticas, trabalho na roça, cuidados com os irmãos menores, atividades estas vitais sendo que o estudo poderia ser adiado ou mesmo esquecido.

As moças pobres podiam ir para o Asilo Santa Teresa que era mantido pelo Governo e ensinava a educação elementar, religiosa e ainda prendas domésticas como costurar, bordar, cozinhar, fazer doces e flores, lavar e engomar. Ainda estava à disposição para o casamento aos 16 anos. (SALDANHA, 1992, p.69)

A parcela de mulheres descrita cima, ou seja, daquelas que tinham oportunidade de estudar era muito pequena e por vezes a instrução tornou-se o dote simbólico que tais moças adquiriam para almejar bom casamento. Este também era considerada um costume da elite, pois como afirma Rachel Soinet “as mulheres pobres não casavam, elas se concubonavam, o alto custo do casamento eram um dos motivos para isso, elas quase sempre usavam apenas o primeiro nome, ficando no anonimato.” (2000, p. 365)

Ao que a grande maioria dessas se dedicavam era “nas tarefas caseiras tradicionalmente femininas, lavadeiras, engomadeiras, pareciam correr menos perigo moral do que as operárias industriais, mas mesmo nesses casos, sempre ameaçava a acusação de



serem mães relapsas”. (FONSECA, 2000, p. 516) Este contato com a rua, com espaço público, que as mulheres pobres se destinavam desde cedo as fazia alvo de constante avaliação moral.

Algumas mulheres das camadas menos privilegiadas, quando tinham oportunidade de ingressar na escola Normal, podiam ajudar na renda familiar, esta escola na visão do governador Jansen Ferreira “se tornou uma instituição onde a mulher maranhense conseguia um título que nobremente lhe garantia a subsistência” (1910) ficando conhecida como “profissão-sacerdócio”.

Assim cabia às mulheres um papel de destaque a ser desempenhado no lar, e a Escola procuraria, como órgão da educação, atraí-la para o lar, que é sua verdadeira função social, e seria a partir do espaço privado que a mulher daria sua mais importante contribuição social, organizando a família (OLIVEIRA, 1994, p.64). É nesse processo de reeducação que a mulher precisa se enquadrar para unir-se de conhecimentos em torno dos afazeres domésticos, criação dos filhos, alimentação.

Tal conjuntura social, em que o homem reafirma-se enquanto “macho”, é que jornais ludovicenses sempre publicavam notas se referindo ao tipo de comportamento feminino que deveria ser desenvolvido, como a Revista Elegante que traçava um perfil de mulher a ser seguido, com a concepção de candura e inocência fruto da mentalidade medieval ocidental que enquadrava as mulheres em dois modelos bem definidos: o de Eva, a pecadora e o de Maria, a redentora. A revista supracitada traz um exemplo daquilo que a sociedade espera de uma mulher:

A mulher na família. A infância da mulher é a mais santa e a mais pura fase de sua existência: é quando ela é virgem. [...] Finalmente ela é a mulher, isto é, deixa de ser a virgem para chamar-se ‘esposa e mãe’ duplo qualitativo que lhe confere o mais elevado grau no importante ministério que lhe destinou na terra o Criador (**Revista Elegante**, 30 de junho de 1893, nº 16, ano II).

Essa noção adquirida sobre a mulher é que contribuía para a destinação de processos educacionais diferenciados e que acabavam por não permitir às mulheres um acesso ao ensino básico mais completo tal qual era permitido aos homens, fato também que diminuía em muito a acessibilidade das mulheres aos níveis superiores de ensino, um outro complicador para a melhoria da condição social feminina.

### 3. Religiosidade e ideal feminino

As mulheres projetadas como ideais neste momento histórico eram entendidas e divulgadas como aquela que buscava constantemente a santidade. Utilizando os jornais como principal fonte nesta pesquisa é possível observar que os atributos adicionados às mulheres eram permeados de um significado cristão para santidade feminina.

Na Idade Média foi muito fortalecida a imagética feminina ligada à representação e modelos de virgem, dama e burguesa que eram as categorias entendidas e divulgadas como perfeitas. É como aponta o trabalho desenvolvido por José Rivair Macedo acerca das mulheres na Idade Média:

Na literatura religiosa é possível constatar alguns conceitos que os clérigos elaboraram a respeito da mulher. Nestes, coexistiram dois pontos de vista opostos; um, da mulher essencialmente má, e outro, da mulher perfeita. No primeiro ponto de vista, o mais divulgado, a figura de Eva serviu de modelo. Boa parte da argumentação dos moralistas fundamentou-se nos textos bíblicos. (MACEDO, 1999, p.42)

Sob o estigma da *pecadora* Eva ou da *redentora* Maria configurou-se a imagética feminina associada a um discurso religioso cristão, a mulher era identificada pelos atributos ligados à Maria mãe de Jesus, um dos exemplos que podemos destacar é a comparação das mães com santas, essa aparição era muito freqüente nos jornais como apresenta o exemplo abaixo.

A´ Minha mãe.  
Quando repito esse nome santo,  
Sinta a minh´alma toda transportada  
Num paraíso, cheia de encanto,  
Cheia de luz, de sorriso d´alvorada.  
[...] Oh minha mãe! Espelho de pureza!  
(Jacques. A´ Minha mãe. **O Martelo**, 01 de junho de 1912, nº 12, ano I)

Assim, a mulher-mãe ovacionada socialmente é esta que é santa, associada à luz e à pureza. Havia também uma tentativa de justificar a presença feminina e de não negativizar por completo a figura da primeira mulher, observando o quão Adão era solitário e triste no paraíso. Em situações diversas, até a mulher desejada era abordada nos jornais de forma tão respeitosa que a sua descrição era respeitosa e associada à moral cristã.

Sobre a educação voltada para atributos da cristandade, questionava-se qual o modelo ideal de mulher para o casamento e esta questão era apontada como defesa de uma mulher recatada, honrada e que tivesse como pilar uma educação cristã.

Quando uma mulher é boa? Informa-te antes de tudo sobre a honradez de seus pais e a educação que estes têm lhe dado. Se achas que foi uma educação crhistã, que quer dizer completa, podes sem receio seguir em

diante. Procura então saber quais são as suas afeições, se ella prefere a egreja à exhibição constante nos passeios e theatros. [...] Também é preferível, que ella saiba bem cozinhar e costurar ao ter primores rethoricos ou saber tocar piano e pintar e fazer versos a lua. Emfim, a mulher deve ser afeiçoada ao trabalho e estar acostumada á laboriosidade. Uma boa qualidade será, ella não se importar com o q` dizem os jornaes nem com costume da moda. Em resumo: uma mulher cristã e laboriosa, eis ahí uma boa mulher.” (Uma boa mulher. Jornal **Regeneração**. 19 de janeiro de 1900, nº 42, ano II)

Aliada aos preceitos cristãos na educação feminina, soma-se o interesse em mulheres que não buscassem no espaço público os mesmos lugares que os homens, como teatros e passeios, por exemplo, e a busca desta mulher mais padronizada seria a igreja, espaço tradicionalmente feminino.

À maior parte das uniões infelizes é devido unicamente à falta de critério que preside a escolha da noiva [...] Hei de procurar uma moça com educação igual a minha. Sim, porque diz o povo e o povo tem suas razões, que quem quizer viver bem procure o seu igual. [...] Não me refiro às moças que sabem um pouco de francez e fazem caretas em inglez, allemão ou italiano e já se julgam illustradas. Não! Refiro-me àquellas que são educadas. (ESCOLHAS. Jornal **O Maranhão**. 19 de junho de 1908.)

Mais uma vez se tem na escolha adequada de mulher (noiva) a condição reinante para a escolha da futura esposa. No trecho do jornal citado acima é visível a comparação entre dois tipos de educação, àquela reportada à instrução formal (quando fala-se em conhecimentos de outras línguas, por exemplo) e a educação de conhecimentos para a vida e necessários à família.

Assim, apesar dos avanços educacionais do período republicano, é possível afirmar que as pedagogias diferenciadas eram oferecidas aos diferentes sexos, isso se dava como forma de regulamentação da sociedade e dos papéis em que os homens e mulheres deveriam desenvolver. Essas pedagogias diferenciadas para as mulheres eram alvos de constantes debates em jornais, causando polêmicas e chamando atenção para a situação das mulheres no corpo social, ainda muito envolvidas pelos tradicionais papéis de mãe e esposa, fato que contribuía para limitar a acessibilidade feminina a todos os níveis e esferas de ensino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: uma paixão pelo possível**. São Paulo, UNESP, 1998.
- BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: reestruturação a ideologia de gênero no Brasil**. São Paulo, Edusp, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Código Civil, Art. 289, 1917. Acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão
- Diário Oficial do Estado do Maranhão, 05 de junho de 1906. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite
- Diário Oficial do Estado do Maranhão, 16 de novembro de 1906. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: Contexto, 2000.
- GODOIS, Antonio Baptista Barbosa de. **O Mestre e a Escola**. São Luís: Imprensa Oficial, 1910. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite
- Jornal **Avante**. 08 de fevereiro de 1910. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite
- Jornal **O Combate**, 15 de outubro de 1906. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite
- Jornal **O Maranhão**. 19 de junho de 1908. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite
- Jornal **A Lanterna**, 29 de setembro de 1918. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite
- Jornal **Regeneração**. 19 de janeiro de 1900, nº 42, ano II. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite
- LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LEIS CIVIS DO IMPÉRIO, Art.2030, 1879. Acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão
- MACEDO, José Rivair. **A Mulher na Idade Média**. São Paulo, Contexto, 1999.
- MORENO, Veracley Lima. **Funerais de honra: Honestidade feminina sob julgo em São Luis na virada do século**. São Luis: UEMA, 2005. Monografia de conclusão de curso em licenciatura em História, Universidade Estadual do Maranhão.
- NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo – 1600/1900**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- OLIVEIRA, Sueli Tereza de. Escolarização profissional feminina, em São Paulo, nos anos 1910/20/30. In: Educação e gênero no Brasil - **Projeto História nº 11 – Dossiê Mulher e Educação**. São Paulo: EDUC, 1994.
- Revista **Elegante**, 30 de junho de 1893, n.º16, ano II. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite
- Revista de **Instrução e Educação**, 10 de novembro de 1877, n.º13, ano I. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite

SOIETH, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

SALDANHA, Lílian Maria Leda. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899)**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Luís, UFMA, 1992.

Jacques. A´ Minha mãe. **O Martelo**, 01 de junho de 1912, nº 12, ano I.